

## **Crescimento econômico e distribuição de renda nos Pioneiros do Desenvolvimento**

### **Econômico: o otimismo de Arthur Lewis e o pessimismo de Celso Furtado**

Gustavo Chagas Goudard<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Desde a década de 1980, um fato inédito tem ocorrido: por um lado, os países desenvolvidos têm piorado bastante a desigualdade; por outro lado, os países periféricos presenciaram, pelo menos desde a década de 2000, uma pequena melhora na distribuição de renda. Apesar disso, os trabalhos que tentam compreender teoricamente os efeitos da distribuição de renda no sistema econômico ainda são escassos, sobretudo em relação aos Pioneiros da Teoria do Desenvolvimento Econômico. O objetivo deste trabalho é realizar uma breve análise da forma pela qual dois importantes economistas dessa abordagem, Arthur Lewis e Celso Furtado, entendem a distribuição de renda e os seus impactos no crescimento econômico. Será possível perceber como, a partir de uma estrutura teórica similar, os dois autores chegam a resultados divergentes.

**Palavras-chaves:** Distribuição de renda; Crescimento Econômico; Pioneiros do Desenvolvimento Econômico; Arthur Lewis; Celso Furtado.

#### **Abstract**

Since the 1980s, an unprecedented event has occurred: on the one hand, developed countries have worsened inequality; on the other hand, the underdeveloped countries witnesses, at least since the 2000s, a small improvement in income distribution. Nevertheless, the works that attempt to theoretically understand the effects of income distribution in the economic system are still scarce, particularly in relation to the Pioneer of the Theory of Economic Development. The aim of this paper is to make a brief analysis of the way two important economists of this approach, Arthur Lewis and Celso Furtado, understand the distribution of income and its impact on economic growth. It will be possible to see how, from a similar theoretical framework, they have come to differing results.

**Keywords:** Income distribution; Economic growth; Pioneers of Economic Development; Arthur Lewis; Celso Furtado.

**JEL Classification:** D31, O4, O1, B19.

**Submissão ao ENEP 2016 – Área 1: Metodologia e História do Pensamento Econômico**

---

<sup>1</sup> Doutorando em Economia, linha Economia do Desenvolvimento, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Bolsista CAPES. Email: gustavogoudard@usp.br.

## 1. Introdução

A crise do *subprime* e a posterior crise na Europa forçaram os economistas e *policy makers* a reconsiderarem as teorias e as políticas que foram gradualmente sendo aceitas como convencionais nos últimos trinta anos. Especialmente, vale citar as tradicionais políticas monetária, fiscal e cambial, bem como a hipótese de eficiência dos mercados financeiros e, nesse sentido, a desregulamentação destes. Somado a isso, outro fator importante foi o aumento acentuado da desigualdade nos países centrais, pelo menos desde 1980, fazendo com que um tema em especial ganhasse bastante proeminência: a distribuição de renda e da riqueza. Tema que, por sinal, ganha ainda maior importância na análise do Brasil da década de 2000, em que a experiência de crescimento com pequena distribuição ainda precisa ser melhor compreendida.

Após a publicação do grande *best-seller* do economista francês Thomas Piketty (2014), *O Capital no Século XXI*, a questão distributiva ganhou bastante espaço midiático e acadêmico, sendo uma das fontes das instabilidades recentes e da dificuldade de recuperação das economias avançadas, argumento compartilhado por um número crescente de autores (DUTT, 1984; RAJAN, 2010; ONARAN, 2011; PALLEY, 2012; STIGLITZ, 2012; STOCKHAMMER, 2012; VAN TREECK & STURN, 2012; LAVOIE & STOCKHAMMER, 2012). Nas palavras do autor,

“[...] desigualdades socioeconômicas – disparidades de renda e riqueza entre grupos sociais – são sempre tanto causa quanto efeito de outros desenvolvimentos em outras esferas. Todas essas dimensões são indissociavelmente entrelaçadas. [...]. Assim, a história da distribuição da riqueza é uma das maneiras de interpretar a história mais geral de um país” (PIKETTY, 2014, p. 274-275 *apud* RUGITSKY, 2014).

Apesar de não ser objeto central de alguns dos Pioneiros do Desenvolvimento Econômico, abordagem que reúne pensadores como Gunnar Myrdal, Arthur Lewis, Ragnar Nurkse, Celso Furtado, Paul Rosenstein-Rodan, Albert Hirschman, Raúl Prebisch e Paul Singer, suas leituras não-monistas, preocupadas com os problemas dos países pobres, vão ao encontro deste argumento de Piketty. Assim como o cenário político, histórico e econômico mundial tem sido fundamental para aumentar os estudos sobre distribuição de renda atualmente, os acontecimentos do passado também tiveram importante papel para o florescimento dos estudos de desenvolvimento econômico.

Vários autores (MEIER, 1984; HIRSCHMAN, 1981; KRUGMAN, 1993; ARNDT, 1987; MAZOWER, 2011; MYRDAL, 1957) concordam que o contexto histórico, econômico e político até meados do século XX, sobretudo pós-crise de 1929 e Segunda Guerra Mundial (com o Plano Marshall), foi fundamental para o surgimento dos Pioneiros da Teoria do Desenvolvimento

Econômico como uma abordagem autônoma. Por um lado, tem-se a revolução keynesiana<sup>2</sup>, com ideias mais intervencionistas do que os neoclássicos por não acreditar no funcionamento ótimo do livre-mercado. Por outro lado, o desejo de não repetir os erros do passado e construir uma trajetória idealmente diferente, reconhecendo o atraso dos países periféricos e a necessidade de políticas destinadas ao desenvolvimento, sobretudo com participação ativa do Estado no processo de industrialização.

É nesse cenário que nascem as ideias, principalmente a partir de 1940 e até 1970, dos Pioneiros do Desenvolvimento Econômico, fazendo com que Meier (1984) chegasse a destacar esses anos como “*pioneering period*”, um momento de consenso do desenvolvimento, em que as preocupações voltavam-se à Ásia, África e América Latina, necessitando de um aparato teórico que possuía bases clássicas, mas era diferente das abordagens tradicionais (inclusive Keynes) – preocupadas com a escassez e a alocação eficiente de recursos –, que não conseguiam explicar o funcionamento dos países subdesenvolvidos com oferta ilimitada de mão de obra, dualismos, etc. Muito menos a forma pela qual se daria o processo de *catch-up* em relação aos países ricos. Posteriormente, a Guerra Fria e as descolonizações serviram para intensificar os estudos na área.

Não à toa neste período são criados vários órgãos multilaterais, como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a Comissão Econômica para a Europa, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, locais onde muitos Pioneiros trabalharam, demonstrando uma vocação prática destes pensadores. Apesar de ser possível, como alguns autores o fazem, elencar um núcleo duro da Economia do Desenvolvimento como estruturalista, enfatizando planejamento estatal dos investimentos, políticas substitutivas de importação, deterioração dos termos de troca e apoio internacional, acredita-se, assim como Meier (1984), que este núcleo duro deixa de fora as inúmeras controvérsias existentes nesse campo rico (crescimento equilibrado *versus* desequilibrado, indústria contra agricultura, substituição de importações *vis-à-vis* promoção das exportações, entre outros). Por sinal, Hirschman (1981) destaca que um dos fatores que levaram ao declínio da abordagem, com a crítica de Lucas e a posterior ascensão da nova síntese neoclássica<sup>3</sup>, foi exatamente as inúmeras tensões dadas as controvérsias existentes no campo (além de esperanças e ambições que foram destruídas a partir dos governos ditatoriais).

Já Krugman (1993), a partir de uma reabilitação parcial, tenta realizar uma análise internalista e mostrar que um dos motivos do fracasso se deu exatamente pela falta de formalismo, justificada pela inexistência de modelos tratáveis de competição imperfeita, mas também pela tentativa de se fazer uma teoria muito complexa, em que modelos simples e universais não se enquadravam. No entanto, muitos trabalhos posteriores tentam dar o caráter formal que Krugman

---

<sup>2</sup> Para saber mais sobre a revolução keynesiana, ver Davidson (1980, 1984).

<sup>3</sup> Para saber sobre a crítica de Lucas, ver Lucas (1976). Sobre a nova síntese neoclássica, ver Duarte e De Vroey (2013).

(1993) aponta e, ainda, mesmo sem formalismos, é claro que muitos dos problemas estudados pelos Pioneiros em relação aos países subdesenvolvidos, como pobreza e desigualdade, ainda não foram resolvidos e suas soluções devem ser buscadas de forma criativa e pragmática com um conjunto grande da sociedade. Isto torna tais pensadores, se analisados com cautela e sem anacronismos, ainda contemporâneos e não mera história do pensamento econômico – como quer a *hard science*<sup>4</sup> –, possibilitando a interpretação dos países subdesenvolvidos, e a criação de novas ideias e o resgate de ideias deixadas de lado, como destaca Schumpeter (1954), sem, por outro lado, negligenciar os importantes avanços na ciências, mas sim valorizando a pluralidade. Tudo isso a fim de se evitar, como ressaltou Solow (1985), que a economia se torne a “física da sociedade”.

Contudo, os trabalhos sobre os Pioneiros do Desenvolvimento Econômico ainda são escassos, sobretudo no que diz respeito à forma pela qual estes viam a relação entre distribuição de renda e crescimento econômico. Pois bem, o objetivo deste trabalho é exatamente o de fazer uma breve análise da forma como dois importantes Pioneiros, Arthur Lewis e Celso Furtado, enxergam esta relação. Para além desta introdução, a seção 2 descreve a estrutura teórica do modelo de Lewis, com oferta ilimitada de trabalho e dualismo, possibilitando uma análise otimista em que, via transferência de mão de obra do setor de subsistência para o setor capitalista, os países tenham expansão da acumulação de capital, crescendo de forma desigual. Na seção 3, se tenta mostrar como Furtado, a partir de uma estrutura teórica muito similar, chega a conclusões muito diferentes: o processo levado a efeito nos países periféricos reforçou o subdesenvolvimento, criando estruturas cada vez mais duais a partir de uma sociedade dominada pelo consumo conspícuo com alta relação capital-produto em que existem enormes desequilíbrios entre as estruturas de oferta e demanda, tendo como efeito a estagnação econômica. A última seção traça as considerações finais do trabalho.

## **2. O otimismo expansionista do modelo de Arthur Lewis: oferta ilimitada de trabalho e crescimento desigual**

Arthur Lewis representa um dos mais importantes teóricos da Economia do Desenvolvimento, posto alcançado a partir do seu trabalho seminal *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour*, de 1954, o qual lhe garantiu ser o primeiro e único negro a ganhar o Nobel em Ciências Econômicas – a despeito de Krugman (1993), em retrospectiva, não entender o motivo de tamanha fama. O trabalho é escrito, como o próprio autor começa destacando, “na

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre *hard e soft sciences*, ver Arida (1996).

tradição clássica, fazendo a suposição clássica, e perguntando a questão clássica”<sup>5</sup> (LEWIS, 1954, p. 139). Em especial, Lewis estaria ressaltando a existência de oferta ilimitada<sup>6</sup> de mão de obra no nível de subsistência e questionando como a produtividade cresceria ao longo do tempo, resposta encontrada, de Smith à Marx, na acumulação de capital, a qual é explicada em relação à distribuição de renda da economia – objeto central deste artigo.

Nesse sentido, a fim de compreender o desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos, Lewis distancia-se tanto da economia neoclássica, quanto da abordagem keynesiana, uma vez que ambas não são capazes de explicar os problemas dos países pobres. Para a primeira, escassez e alocação eficiente dos recursos são pontos fundamentais e, logo, oferta ilimitada de mão de obra deixa de existir. Para a segunda, que, nas palavras de Lewis, apresenta apenas uma importante e fascinante nota de rodapé ao neoclassicismo em relação aos países com trabalho excedente, não só há a existência de oferta ilimitada de trabalho, como também de terra e capital (algo que não acontece com os países subdesenvolvidos). O intuito desta seção é entender o modelo de Lewis, ou seja, como se dá o problema da acumulação e do crescimento econômico em uma economia fechada<sup>7</sup> a partir da estrutura clássica supracitada, dando enfoque à distribuição de renda.

Vale ressaltar que a existência de oferta ilimitada de mão de obra é uma das suposições mais importantes da abordagem da Economia do Desenvolvimento, encontrada em diversos outros trabalhos<sup>8</sup>. Segundo Meier (1984) e Bastos e D’avila (2009), empiricamente esta hipótese já havia sido trabalhada por outros autores<sup>9</sup>, mas foi Lewis o primeiro a demonstrar as consequências a partir desta hipótese e o modo pelo qual as abordagens neoclássica e keynesiana eram inadequadas para pensar o desenvolvimento nos países pobres. Para evitar confusões<sup>10</sup>, o termo – que se restringe ao trabalho não-qualificado – diz respeito apenas ao fato da oferta de trabalho ser maior que a demanda ao nível salarial de subsistência, ou, em outros termos, o fato de países possuírem uma população relativamente muito maior do que os recursos naturais e de capital, fazendo com que

---

<sup>5</sup> Tradução do autor. Todas as demais citações diretas em língua estrangeira também foram traduzidas pelo autor, salvo referência explícita ao contrário.

<sup>6</sup> Vale ressaltar que a existência de oferta ilimitada de trabalho é uma das suposições mais importantes da abordagem, sendo utilizada em inúmeros outros trabalhos posteriores.

<sup>7</sup> Lewis (1954) também faz uma análise para economia aberta, tentando analisar os efeitos da existência de oferta abundante de trabalho em outros locais no seu modelo, mas não é objetivo deste trabalho analisar como o modelo funcionaria em uma economia aberta.

<sup>8</sup> Segundo Gollin (2014), esta descrição de uma economia dual é algo que soa verdadeiro para qualquer um que, naquela época, passasse algum tempo em um país pobre em desenvolvimento.

<sup>9</sup> Mandelbaum, em 1947; O relatório *Measures for the economic development of under-developed countries*, em 1951, com participação de Lewis, entre outros.

<sup>10</sup> Em outro trabalho de Lewis (1972), intitulado *Reflections on Unlimited Labour*, o autor tenta apontar e clarificar todos estes equívocos que aparecem na literatura sobre o trabalho seminal de 1954 e de outro, intitulado *Unlimited Labour: Further Notes*, de 1958. Ainda, Lewis (1972) detalha os exemplos de *turning point*.

existam vários setores da economia onde a produtividade marginal do trabalho é “negligenciável, zero, ou até mesmo negativa” (LEWIS, 1954, p. 141). Assim sendo,

“Nessa situação, novas indústrias podem ser criadas ou velhas indústrias expandidas sem limite ao salário existente; ou, para colocar de forma mais exata, escassez de trabalho não é limite para a criação de novas formas de emprego”

O setor de subsistência, por sua vez, não deve ser confundido com o setor agrícola ou rural; nos trabalhos ocasionais, domésticos, entre outros, a mesma suposição é aplicada. Nesse sentido, a diferença entre o setor capitalista e o de subsistência se dá no fato do primeiro utilizar capital reproduzível e retribuir aos capitalistas pelo uso deste<sup>11</sup>, enquanto o segundo não utiliza capital reproduzível e, logo, seu produto *per capita* por hora trabalhada é menor, pois não é frutificado pelo capital – e aí estaria o motivo de ser chamado de improdutivo. Com isso, é possível perceber que Lewis (1954) faz o uso de um sistema dual de produção nas economias subdesenvolvidas, onde, nas palavras do autor, o setor capitalista seria composto por várias ilhas em um mar de subsistência.

Pois bem, tendo estes pressupostos do modelo descritos, o funcionamento básico se dá pela transição de trabalhadores do setor de subsistência para o setor capitalista até o ponto em que a produtividade marginal do trabalho se igualasse ao salário do setor capitalista. Ainda, existem outras fontes de trabalho que podem ser utilizadas pelo setor capitalista a fim de expandir as indústrias: (i) as esposas e filhas, representando o trabalho feminino de forma geral; (ii) o aumento populacional, uma vez que a taxa de natalidade poderia se tornar maior que a mortalidade<sup>12</sup>; e (iii) o exército de reserva descrito por Marx (2009), sobretudo o desemprego gerado pelo aumento da eficiência com a mecanização – sobre esta última fonte, no entanto, o autor faz críticas empíricas, apontando que no passado o efeito da acumulação de capital foi, na realidade, a redução do exército de reserva, perdendo interesse no argumento.

A ideia é que a atração de trabalhadores para o setor capitalista advindos do setor de subsistência (ou mesmo desempregados) faz com que o produto *per capita* aumente, uma vez que a produtividade marginal no primeiro é bem maior que no segundo. Esta transição não é acompanhada, contudo, de aumento salarial (descontado pequenos aumentos – Lewis (1954) cita uma média de 30% – devido ao superior custo de vida das cidades, etc.), mantendo-o no nível de subsistência (que pode ser dado pelo nível de consumo, produto médio do fazendeiro, ou questões convencionais). Assim, o salário do setor capitalista é determinado (e cria um piso) pelo que a pessoa pode ganhar fora desse setor, ou seja, no setor de subsistência e, logo, o capitalista tem

---

<sup>11</sup> Essa definição é a mesma de Smith, segundo Lewis (1954, p. 146).

<sup>12</sup> Isso se dá pelo fato de um dos efeitos do desenvolvimento ser a redução da taxa de mortalidade, a despeito do efeito na taxa de natalidade ser incerto e defasado.

interesse direto em manter baixo este salário a partir da manutenção de baixa produtividade dos trabalhadores daquele setor<sup>13</sup> (LEWIS, 1954).

Uma vez que há aumento do produto *per capita* não acompanhado de aumento salarial real, o excedente capitalista é expandido, possibilitando sua utilização para criação de novo capital, tomando, assim, mais pessoas do setor de subsistência ao ser reinvestido<sup>14</sup>. Nesse sentido, o setor capitalista se expande e se dá o processo de expansão econômica: começam a surgir aí os primeiros passos para se compreender como uma sociedade aumenta seu percentual de poupança e investimento – sobretudo aquela – em relação à renda nacional. Afinal, “não podemos explicar qualquer revolução ‘industrial’ [...] enquanto não pudermos explicar como a poupança aumentou relativamente à renda nacional” (LEWIS, 1954, p. 155).

Tendo uma hipótese *à la* Kalecki (1968) de que os trabalhadores poupam nada ou quase nada, sendo a principal fonte de poupança advinda dos lucros dos capitalistas, e dado que a transferência dos trabalhadores para o setor capitalista mantendo o salário real constante aumenta o produto *per capita*, o resultado natural é o aumento dos lucros dos capitalistas. Com este aumento, a poupança acaba por crescer relativamente à renda nacional, uma vez que a renda dos poupadores aumenta relativamente à mesma renda. Já que são eles que poupam, e poupam mais sobretudo pelo fato de terem mais (LEWIS, 1954, p. 156)<sup>15</sup>, a acumulação de capital cresce e a economia se desenvolve. Nesse sentido, não só a desigualdade que tem reflexo no enorme dualismo é um propulsor ao desenvolvimento, representando um modelo otimista que acabaria por eliminar o mercado dual de trabalho ou o próprio excedente de mão de obra (BASTOS E D’AVILA, 2009), como o próprio desenvolvimento econômico é extremamente desigual<sup>16</sup>, com uma distribuição funcional da renda que vai dos salários (dos trabalhadores) para os lucros (dos capitalistas). Nas palavras de Lewis: “O ponto central do desenvolvimento econômico é que a distribuição de renda é alterada em favor da classe poupadora” (1954, p. 157).

Todo o funcionamento deste modelo de acumulação de capital só é possível pelo fato de Lewis (1954), assim como a maioria dos outros pioneiros, ver a determinação da renda dada pela Lei de Say, em que a poupança que determina o investimento, e não o contrário, dando enfoque para o lado da oferta e da restrição que ela coloca no produto (BASTOS, D’AVILA, 2009; SCHERER, 2007). Nesse contexto, as economias subdesenvolvidas cresceriam pouco porque a

---

<sup>13</sup> Lewis (1954, p. 149) destaca que este talvez seja um dos principais problemas do imperialismo, não deixando com que o padrão de vida melhore.

<sup>14</sup> Importante dizer que Lewis vê o processo de acumulação de capital e crescimento do conhecimento técnico como um único fenômeno.

<sup>15</sup> Afinal, segundo Lewis (1954), apesar da maior propensão a poupar ser uma das fontes do aumento da poupança potencial, não há evidência de aumento da propensão marginal a poupar dessas economias.

<sup>16</sup> Importante esclarecer que a mera desigualdade e o seu aumento não levam necessariamente ao aumento da poupança e, por consequência, do crescimento. Se o *income share* dos rentistas for muito alto ou aumentar, o processo não ocorrerá da mesma forma (LEWIS, 1954, p. 159).

poupança potencial seria limitada, limitando o investimento e, logo, o crescimento. A transferência de trabalhadores para os setores com maior produtividade mantendo o salário real constante aumentariam os lucros e, dessa forma, a poupança potencial<sup>17</sup>. Esta poupança se tornaria investimento, acelerando o crescimento econômico, processo que ocorreria até a eliminação do excedente estrutural de mão de obra. O modelo descrito até aqui pode ser visto a partir de um sistema de equações elaborado por Serrano (2005) e utilizado por Bastos e D'avila (2009), e Scherer (2007).

O trabalho no modelo existe de forma abundante e, assim, o produto potencial,  $Y^*$ , será limitado apenas pela quantidade de capital disponível. Ainda, será suposto que a economia usa apenas um método de produção: trabalho e capital são usados em proporções fixas. Com isso, o produto de pleno emprego do trabalho,  $Y^L$ , será igual ao tamanho da força de trabalho disponível,  $N$ , multiplicado pela produtividade normal do trabalho,  $B$ . Assim:

$$Y^L = NB \quad (1)$$

Utilizando o coeficiente técnico  $l = \frac{L}{Y^*}$ , que reflete a quantidade física de trabalho por unidade de produto, podemos reescrever a equação assim:

$$Y^L = \frac{N}{l} \quad (1')$$

Analogamente, o produto que corresponde à plena utilização do estoque de capital,  $Y^K$ , é igual a produtividade normal do capital,  $R = \frac{Y^*}{K}$ , multiplicado pela disponibilidade de capital,  $K$ :<sup>18</sup>

$$Y^K = KR \quad (2)$$

Sendo  $R$  a relação capital-produto,  $v$ , a equação pode ser reescrita da seguinte forma:

$$Y^K = \frac{K}{v} \quad (2')$$

Com isso, o produto potencial desta economia será dado do seguinte modo:

$$Y^* = \min(Y^L, Y^K) \quad (3)$$

Já que a hipótese básica, como dito, é que a mão de obra é abundante em relação ao capital,  $Y^K > Y^L$ , e o produto potencial será o mesmo da equação (2), podendo ser visto na equação (4). No entanto, ainda que a economia opere ao nível do produto potencial, a quantidade de trabalho

<sup>17</sup> Lewis (1954, p. 160) também destaca outra forma de criação de poupança: o crédito bancário e a atuação governamental. No entanto, não é objetivo do presente trabalho examinar esta forma de criação de poupança.

<sup>18</sup> Como destacado por Scherer (2007), no modelo de Lewis o produto efetivo da economia é sempre idêntico ao produto potencial,  $Y = Y^*$ , com a suposição, logo, de que todo capital está sendo utilizado, ou seja,  $Y/Y^* = u = 1$ .



efetivamente empregada,  $L$ , será limitada pela produtividade normal do trabalho, e logo, será menor do que a disponibilidade total de trabalho na economia, como pode ser visto na equação (5):

$$Y^* = KR \quad (4)$$

$$L = \frac{Y^*}{B} \quad (5)$$

Substituindo o produto potencial, é possível ver abaixo que o nível de emprego do trabalho dependerá da acumulação de capital e das produtividades do capital e do trabalho e da acumulação de capital:

$$L = \frac{KR}{B} \quad (6)$$

Assim, por um lado, o aumento do estoque de capital ou de sua produtividade aumentará o nível de emprego, enquanto, por outro lado, um aumento da produtividade do trabalho terá como resultado uma redução do nível de emprego. Reescrevendo o produto potencial da economia, este será distribuído entre *wages* e *profits*, os quais dependem, respectivamente, do nível de salário real e de emprego e da taxa de lucros e do estoque de capital disponível:

$$Y^* = bL + rK \quad (7)$$

A parcela de salários no produto,  $w$ , pode ser definida como a razão entre o salário real e a produtividade do trabalho. Por sua vez, a parcela de lucro,  $(1 - w)$ , pode ser entendida como a razão entre a taxa de lucro normal e a produtividade do capital. Estas relações podem ser vistas, respectivamente, nas equações (8) e (9) abaixo:

$$w = \frac{bL}{Y^*} = \frac{b}{B} \quad (8)$$

$$(1 - w) = \frac{rK}{Y^*} = \frac{r}{R} \quad (9)$$

Substituindo a equação (9) na equação (8), temos que a parcela de lucros pode ser vista da forma da equação (10). Fica claro que toda vez que o crescimento da produtividade do trabalho for maior que o crescimento do salário real, a parcela de lucros na renda crescerá dada uma correspondente queda dos salários.

$$(1 - w) = 1 - \frac{b}{B} \quad (10)$$

Tendo em vista que, no modelo de Lewis, o salário real é constante no nível de subsistência, o aumento da parcela dos lucros na renda é resultado de um aumento na variável  $B$ , que é igual a  $\frac{Y^*}{L}$ , uma vez que o aumento do denominador é mais baixo do que o aumento no numerador, resultando em  $B$  crescente. Definindo a taxa de lucro da economia, que é a parcela dos lucros no produto

multiplicada pela produtividade do capital, e substituindo-a na equação (10), tem-se as equações (11) e (12) abaixo:

$$r = (1 - w)R \quad (11)$$

$$r = \left(1 - \frac{b}{B}\right)R \quad (12)$$

Uma vez que para Lewis a determinação da renda se dá pela Lei de Say, a ampliação da acumulação de capital se dá pelo aumento relativo da poupança em relação à renda nacional. Como quem poupa são os capitalistas, isto é o mesmo que dizer um aumento do lucro na renda nacional. Assim, faz-se mister analisar brevemente o funcionamento da poupança numa economia fechada e sem governo. A propensão marginal a poupar, que depende somente da propensão a poupar dos capitalistas e é constante ao longo do tempo,  $s_k$ , é variável fundamental para definir a propensão a poupar da economia:

$$s = s_k(1 - w) \quad (13)$$

Para entender o crescimento, faz-se necessário definir a taxa de crescimento do produto potencial, que dependerá do nível de investimento líquido,  $I$ , e da relação capital-produto,  $v$ . Substituindo a equação (4), chega-se à equação (4'):

$$Y^* = \frac{K}{v} \quad (4')$$

Transformando em taxa de crescimento, temos que:

$$\Delta Y^* = \frac{\Delta K}{v}, \text{ onde } \Delta K = I \quad (14)$$

Logo,

$$\Delta Y^* = \frac{I}{v} \quad (15)$$

Com isso, a taxa de crescimento do produto potencial,  $g$ , pode ser encontrada ao se dividir a expressão (15) pelo nível atual do produto potencial, chegando à equação (18):

$$g = \frac{\Delta Y}{Y^*} \quad (16)$$

$$g = \frac{I}{Y^*} \cdot \frac{1}{v} \quad (17)$$

$$g = \left(\frac{I}{Y^*}\right)R \quad (18)$$

É possível ver, com a equação (18), que o crescimento dependerá negativamente da relação capital-produto (em outras palavras, positivamente da produtividade do capital) e positivamente do investimento em relação ao produto potencial. Já que, mais uma vez, no modelo de Lewis a

determinação da renda vai da poupança ao investimento, a proporção do produto potencial que é investida é igual e determinada pela proporção do produto que é poupada. Assim,

$$\frac{I}{Y^*} = s \quad (19)$$

$$g = \frac{s}{v} \quad (20)$$

Com isso, a taxa de crescimento da economia será dada pela razão entre a taxa de poupança e a relação capital-produto. Substituindo a definição da poupança da equação (13), é possível reescrever a equação do seguinte modo:

$$g = s_k(1 - w)R \quad (21)$$

Finalmente, fica claro que o crescimento da economia se dará a partir do crescimento da parcela dos lucros na renda nacional, que se tornará poupança (pois a classe capitalista é a que mais poupa) e, logo, investimento. Enquanto o trabalho for absorvido do setor de subsistência com o salário real constante esse processo ocorrerá e a economia se expandirá.

O momento no qual todo o excedente é absorvido, e logo não há mais oferta ilimitada de trabalho, foi chamado por Lewis (1954, 1972) de *turning-point*. Este pode ocorrer de forma natural, ao passo que a acumulação de capital vai, aos poucos, incorporando novos trabalhadores. Todavia, este processo pode se dar por fatores exógenos ou elementos que, consoante Lewis, adiantem o processo: (i) quando o crescimento do capital se dá de maneira mais rápida do que o crescimento da população ativa; (ii) quando há aumento da produtividade média do setor de subsistência, o que leva a um salário real maior dos trabalhadores do setor capitalista; (iii) quando há deterioração dos termos de troca para o setor capitalista, pois relativamente o preço dos produtos do setor de subsistência, que são consumidos pelos trabalhadores, podem ficar mais caros ao passo que aumenta o tamanho do setor capitalista em relação ao setor de subsistência, fazendo com que o salário tenha que aumentar para que seu valor real permaneça constante; e (iv) pela mudança do nível convencional do salário de subsistência da economia.

Finalizada a análise do modelo de Lewis, que, em suma, tem uma visão otimista do processo de acumulação de capital nos países pobres, em que a desigualdade é propulsora do crescimento econômico e este amplia a desigualdade, a seção seguinte analisará a forma pela qual Celso Furtado analisou o impacto da distribuição de renda no crescimento econômico. Como será visto, não obstante a estrutura teórica de Furtado seja muito semelhante à de Lewis, seus resultados são completamente diferentes, sobretudo pelo consumo das classes mais ricas da população e pelos descompassos entre oferta e demanda.

### **3. O pessimismo estagnacionista de Celso Furtado: subdesenvolvimento, consumo conspícuo e os descompassos entre oferta e demanda**

Celso Furtado, pioneiro da geração de 1950, foi um dos economistas mais importantes do Brasil, possuindo um caráter extremamente eclético em relação ao seu *approach* teórico – característica que parecia necessária para entender um objeto complexo como o subdesenvolvimento. Ao longo de sua obra, parece realizar uma leitura seletiva de diversos pensadores, para, então, utilizá-los de forma nova e criativa – ou seja, não meramente uma justaposição – quando estes são relevantes, visando melhor entender a realidade em cada circunstância. Entre suas influências, figuram os pensadores clássicos, de Smith à Marx, o keynesianismo, o positivismo, a sociologia moderna e a escola histórica alemã. É isso que possibilitará a criação, junto com os trabalhos seminais de Prebisch (1949), do método estruturalista cepalino, que tem em Furtado uma de suas mais importantes influências.

A questão da industrialização na América Latina e, em especial, no Brasil, é tema sempre presente em sua obra: não por menos, já que o desenvolvimento industrial e seu consequente aumento da produtividade é visto como o caminho para se alcançar o desenvolvimento econômico, conforme pontua Suzigan (2001), em que há fases de análise da industrialização em Furtado. Por sinal, seus estudos que perpassam pela questão da distribuição de renda e seus impactos no crescimento econômico estão, em geral, relacionados à industrialização latino-americana a partir da década de 1950.

Apesar do ecletismo anunciado acima, nos estudos que serão focados aqui, Furtado utilizará de uma estrutura teórica muito parecida com a de Lewis, com oferta ilimitada de mão de obra, determinação da renda a partir da Lei de Say, heterogeneidade estrutural e afastamento da Ciência Econômica Tradicional (nos termos de Furtado), a qual não seria capaz de entender o processo dos países subdesenvolvimento, muito diferente das economias capitalistas europeias desenvolvidas – o mesmo ocorre com a heterodoxia latino-americana da época (BASTOS E D’AVILA, 2009). Não à toa, Boianovsky (2010) destaca uma carta que Furtado teria enviado para Juan Noyola, economista mexicano, comentando a qualidade dos trabalhos de Lewis, os quais possuíam uma abordagem muito semelhante dos estudos deles, mas que não haviam sido ainda levados para frente.

O otimismo em relação às perspectivas dos países subdesenvolvidos, existente nos primeiros trabalhos de Furtado, em que a industrialização seria capaz de eliminar a dualidade da economia e absorver o excedente estrutural de mão de obra (tal qual Lewis), são logo dissipados e transformados em pessimismo, uma vez que o excedente gerado no setor capitalista poderiam não se tornar poupança-investimento, sobretudo pela existência do consumo conspícuo, termo criado pelo institucionalista Thorstein Veblen (1965, cap. 4), das classes mais ricas da população. Esta

ideia é presente em diversas análises de Furtado do desenvolvimento implantado no Brasil a partir dos anos 1950 e é também fortemente acompanhada por outro importante pioneiro, Ragnar Nurkse. Nas famosas palavras de Furtado em relação ao padrão de desenvolvimento brasileiro e do consequente subdesenvolvimento<sup>19</sup>, afastando-se de uma visão do processo em etapas com transformações endógenas:

“[...] a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalistas, a outra, a manter-se dentro de uma estrutura preexistente. Este tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual, necessariamente, tenham passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 1963, p. 180).

Nurkse (1952) explica a razão desse hábito acontecer a partir do efeito demonstração de Duesenberry (1962), em que as classes mais ricas dos países pobres copiam os padrões de consumo dos países ricos, aumentando fortemente a propensão a consumir da economia e, logo, reduz o investimento, criando um descompasso entre a estrutura de oferta e a composição de demanda e intensificando problemas na balança comercial. Isto, pois, nas palavras de Nurkse (1952, p. 578), “é sempre mais fácil adotar hábitos superiores de consumo do que métodos avançados de produção”, o que torna sempre difícil aumentar a capacidade de poupar do país, pois o aumento dos lucros, diferentemente de Lewis, não será destinado ao investimento, mas gasto em produtos de luxo.

No entanto, a preocupação de Furtado, como destacado por Bastos e D’Avila (2009), não se resumia à falta de oferta de poupança pela excessiva propensão a consumir. Outra limitação importante se dá pela relação capital-produto excessivamente elevada nos países subdesenvolvidos, uma vez que um mesmo montante de poupança-investimento, com uma relação capital-produto muito alta, leva a uma taxa de crescimento muito menor – além de reduzir a taxa de lucro na economia. Para entender essa ideia formalmente, é possível aproveitar-se das formulações realizadas na seção anterior que segue o esquema elaborado por Serrano (2005) e é acompanhado por Scherer (2007) e Bastos e D’Avila (2009).

Com a equação (18), que analisa a taxa garantida de crescimento, é possível ver que uma relação capital-produto elevada faz com que o produto potencial se reduza bastante, uma vez que a relação encontra-se no denominador. Ainda, a partir da equação (19), pode-se perceber que a alta propensão a consumir dos capitalistas leva a um menor crescimento econômico. Igualmente, na

---

<sup>19</sup> Para Furtado (1963), o grau de subdesenvolvimento de um país se daria pela importância relativa do departamento atrasado pré-capitalista, sendo a taxa de crescimento da economia exatamente o aumento da importância relativa do departamento desenvolvido capitalista.

equação (19) fica claro que com uma alta relação capital-produto, ou seja, um menor  $R$ , há redução do crescimento econômico. Para compensar esses problemas encontrados nas duas variáveis (propensão a consumir e relação capital-produto), seria necessário que houvesse uma grande elevação da parcela dos lucros na renda,  $(1 - w)$ . No entanto, nem mesmo assim a situação poderia distanciar-se da estagnação: a maior concentração de renda, dado o consumo conspícuo, muito provavelmente seria utilizada para a compra de bens de luxo, estimulando setores com maior relação capital-produto, intensificando o problema e necessitando um novo aumento da parcela de lucros.

A altíssima relação capital-produto se dá exatamente pelo descompasso que se cria nos países subdesenvolvidos, em que há a persistência do subdesenvolvimento, segundo Furtado (1965), a partir do momento em que a industrialização substitutiva de importações (ISI) fez com que ocorresse a importação de tecnologias que são intensivas em capital e, dessa forma, poupadoras de mão de obra – impossibilitando a absorção do trabalho excedente, uma vez que em uma estrutura subdesenvolvida típica,

“[...] a plena utilização do capital disponível não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho, ao nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema. É a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento” (FURTADO, 1963, p. 194).

Isto representava e intensificava a dualidade, fazendo com que a estrutura do setor primário mantivesse praticamente intacta e, logo, impossibilitando a incorporação da população ao mercado consumidor, uma vez que a tecnologia importada seria compatível com uma estrutura de custos, preços e demanda similar à que prevalece no mercado internacional (FURTADO, 1963). Como resultado, diferentemente do modelo de Lewis, Bastos e D’Avila (2009) ressaltam que a transferência da população das áreas rurais para as urbanas não ocorre de forma tão intensa (mantendo trabalhadores em departamentos atrasados com baixíssima produtividade), tendo crescido a população marginal e o desemprego disfarçado nas cidades, criando graves desequilíbrios sociais e econômicos dentro do país, com uma desigualdade brutal de renda.

Ainda, outro problema muito comum do subdesenvolvimento, encontrado desde a obra mais clássica de Furtado (2007), *Formação Econômica do Brasil*, ao tratar da adoção do Padrão Ouro, é a tendência ao desequilíbrio externo. Furtado (1963) destaca como há uma tendência, advinda da forma de crescer dos países subdesenvolvidos, à elevação do coeficiente de importações (intensificado pelo problema das elasticidades dos produtos importados – bens intermediários e de capital – *vis-à-vis* exportados – bens primários), sendo este muito maior no setor tecnológico do que

no setor atrasado, bem como para bens de capital do que para bens de consumo, crescendo de forma acentuada a dependência e vulnerabilidade externa num sistema centro-periferia e impondo limites ao crescimento dos países subdesenvolvidos. Nas palavras de Furtado,

“Nas fases preliminares do subdesenvolvimento – prevalência de impulso dinâmico externo e existência de baixo multiplicador de renda – essa tendência à elevação do coeficiente de importações não cria maiores dificuldades. É nas etapas intermediárias e superiores da transformação de uma estrutura subdesenvolvida que o problema se apresenta em toda sua plenitude, pois ao ampliar-se o impulso externo, ou ao surgir um impulso interno autônomo, faz-se sentir, quase sempre, uma forte pressão sobre o balanço de pagamentos” (FURTADO, 1963, p. 202).

Da mesma forma, Tavares (1963)<sup>20</sup> e Prebisch (1949) também ressaltam esse problema do subdesenvolvimento e da perda do dinamismo nas fases mais “difíceis” do ISI, com maior intensidade de capital. Por um lado, os países desenvolvidos possuem técnicas produtivas que exigem alto grau de capital *per capita*, mas esta produtividade foi alcançada de forma paulatina, gradual, acompanhando e permitindo a elevação da renda *per capita* desses países (com ganhos melhor distribuídos entre as classes da população), realizando a poupança necessária para formar o capital requerido, em uma relação virtuosa. Por outro lado, nos países latino-americanos, dado baixo nível de renda, a poupança é escassa, mas as técnicas produtivas chegam a níveis de grau de capital *per capita* próximos ao dos países desenvolvidos, criando irregularidades importantes pela forma brusca que as alterações são implantadas (restringindo os efeitos positivos à uma parcela muito pequena da população).

Em suma, Furtado mostra em sua obra como o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo em que diversas heterogeneidades são criadas e intensificadas, amplificando os hiatos existentes entre os padrões de oferta e de demanda, ou seja, um desequilíbrio ao nível dos fatores, uma vez que “É específica do subdesenvolvimento essa falta de correspondência entre a disponibilidade de recursos e fatores e as combinações destes requeridas pela tecnologia que está sendo absorvida” (FURTADO, 1963, p. 195).

Assim, o dualismo, ao invés de ser mitigado ao passo que o departamento capitalista absorve a mão de obra excedente, é reforçado e acaba por gerar uma dinâmica de desaceleração do crescimento econômico e de forte concentração de renda: a estagnação se impõe. Pelo lado da demanda, o consumo conspícuo faz com que o padrão de consumo seja restrito e a propensão a consumir das classes mais ricas (que são as que poupam) se eleve. Pelo lado da oferta, a poupança se torna escassa e não é reinvestida, criam-se ilhas de setores modernos num mar de setores arcaicos

---

<sup>20</sup> Tavares e Serra (1970) irão, pelo contrário, exatamente criticar esta hipótese estagnacionista de Furtado, algo que ganharia amparo empírico a partir do elevado crescimento econômico do Milagre Econômico brasileiro.

e estimula-se o investimento em setores com alta relação capital-produto, realizando uma utilização inadequada do progresso técnico e do excedente econômico em relação o nível de acumulação de capital e de disponibilidade dos fatores. Furtado (1974) deu a esse processo como um todo, a fim de distanciar-se do desenvolvimento, o nome de modernização: quando há a adoção de padrões de consumo sofisticados sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso técnico nos métodos produtivos, caracterizando-o, segundo Scherer (2007), enquanto um país com consumo das elites similar a de um país capitalista central, mas com um sistema produtivo típico de um país periférico.

A estrutura produtiva correspondente a este padrão teria impacto sobre a demanda agregada através da baixa capacidade de geração de emprego (pois é utilizada tecnologia importada poupadora de mão de obra) e renda para a economia como um todo, restringindo os ganhos de produtividade à uma pequena parcela da população. Isto, por sua vez, deprimiria os salários com impactos concentradores sobre a distribuição de renda e crescimento econômico e, finalmente, sobre a própria estrutura de oferta, a qual é compatível com tal distribuição de renda (BASTOS E D'AVILA, 2009). Estas conexões resumem os nexos do modelo de “causação circular” de Furtado (1965, p. 85), que muito se conecta ao “círculo vicioso” de Prebisch (1949, 109) e ao “círculo vicioso da pobreza” de Nurkse (1952, p. 572), em que o pessimismo em relação à saída também está presente, algo que talvez só seria possível, para Nurkse (1952, p. 583) e Rosenstein-Rodan (1943) – outro importante pioneiro do desenvolvimento econômico –, a partir de forte intervenção estatal em um bloco maciço de investimentos no molde de um *big push* de crescimento equilibrado.

Nesse sentido, para Furtado, a industrialização que leva ao desenvolvimento é exatamente aquela que está de acordo com os recursos do país e leva em conta toda a população a partir de um projeto, fazendo com que a difusão do progresso tecnológico se espraie por todas as classes de renda. No entanto, não foi isso que ocorreu no Brasil a partir da década de 1950. Pelo contrário, a modernização realizada no Brasil se deu a partir de um processo de concentração de renda em que, segundo Furtado (1973), apenas o consumo dos grupos de altas rendas eram diversificados, e, quanto mais o era, mais inadequada era a evolução do perfil da demanda. Isto fez com que se criasse um desnível considerável entre o perfil de demanda da massa e os de uma pequena minoria, com uma estrutura de oferta que não era condizente com os recursos do país, tendendo, ambos, a repercutir negativamente na taxa de crescimento<sup>21</sup> (FURTADO, 1972).

---

<sup>21</sup> Como se sabe, posteriormente o Brasil vivenciou o Milagre Econômico, refutando esta teoria estagnacionista do Furtado e gerando outras teses críticas ao modelo de suas obras.



#### 4. Considerações finais

Os trabalhos que pesquisam os Pioneiros do Desenvolvimento Econômico ainda são escassos, especialmente quanto se trata da relação entre distribuição de renda e crescimento econômico, relegando-os ao passado da história do pensamento econômico. Com a experiência recente de aumento da desigualdade nos países centrais e a crise econômica pela qual o Brasil está passando, resgatar os estudos destes pensadores, mormente com o intuito de atualizá-los, parece ser tarefa essencial, ainda mais com a hegemonia do *mainstream* a partir da nova síntese neoclássica.

O objetivo deste trabalho foi apenas preliminar, tentando traçar a forma que Lewis e Furtado enxergavam esta relação. Muitos desafios de pesquisa ainda estão pela frente: abrir o modelo de Lewis, adicionando governo, inflação, crédito bancário; mostrar as críticas aos trabalhos de ambos – Ranis e Fei (1961) e Fields (2004), para Lewis, e Tavares e Serra (1970), para Furtado –; adicionar outros *approachs* teóricos que tratam da temática; entre outros.

Interessante notar que, a partir de uma estrutura teórica similar, os resultados encontrados são muito divergentes: para Lewis, a expansão; para Furtado, a estagnação. Algo que acontece também em outras abordagens, como o modelo de Belíndia (TAYLOR E BACHA, 1976), os modelos de crescimento com articulação ou desarticulação de Janvry e Sadoulet (1983) e os modelos neo-kaleckianos a partir do trabalho seminal de Bhaduri e Marglin (1990), em que os impactos da distribuição funcional da renda entre salários e lucros podem ter impactos diferentes a depender da economia responder de forma *profit-led* ou *wage-led*. Este fato apenas corrobora as controvérsias ainda existentes dentro desta área de pesquisa e a necessidade de se avançar os estudos a fim de melhor se compreender quais são os efeitos da distribuição funcional e pessoal da renda e da riqueza no crescimento econômico.

Finalmente, este trabalho acompanha a tendência de se entender melhor o que de fato significa o termo desenvolvimentismo e seus apêndices (novo, social, etc.)<sup>22</sup>, algo que está em voga na heterodoxia latino-americana. A princípio, fica claro que os desenvolvimentistas de hoje diferem dos Pioneiros ao possuírem uma visão mais keynesiana, sobretudo em relação à determinação da renda<sup>23</sup>. No entanto, a preocupação com os países subdesenvolvidos, buscando um projeto de nação com desenvolvimento coordenado pelo Estado via industrialização ainda é presente. Isto, pois é patente que os problemas dos países periféricos ainda não foram solucionados e, aparentemente, continuamos, em diversos aspectos, como uma economia subdesenvolvida, dependente, repleta de problemas sociais, a despeito de ter ocorrido a industrialização almejada. Assim, as obras dos Pioneiros se mostram não apenas atuais, mas interpretações essenciais que se fazem necessárias

---

<sup>22</sup> Para saber mais sobre os desenvolvimentismos, ver Fonseca (2004), Mollo e Fonseca (2013), Fonseca e Mollo (2012), Bielchowsky (1988) e Bresser-Pereira (2006)

<sup>23</sup> Para mais, ver Keynes (1964).

para a criação de um projeto de desenvolvimento do Brasil que, mesmo quando são “velhas” e amplamente debatidas, nos tem algo para lembrar, pois, como destacado por Caio Prado Jr. (2011, p. 10), nos trazem fatos profundos que não são apenas reminiscências anacrônicas de livros de história.

## Referências

- ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, J. M. (org.). *Retórica na Economia*. Editora 34, p. 11-46, 1996.
- ARNDT, H. W. *Economic Development: the history of an idea*. Chicago: University of Chicago Press, cap. 3, pp. 49-87, 1987.
- BASTOS, C. P.; D'AVILA, J. G. O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 173-199, maio/ago, 2009.
- BHADURI, A.; MARGLIN, S. A. Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies. *Cambridge Journal of Economics*, 14 (4), 375-393, 1990.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. Série PNPE, nº 19, 1988.
- BOIANOVSKY, M. A view from the tropics: Celso Furtado and the theory of economic development in the 1950s. *History of Political Economy*, vol. 42 (2), pp. 221-266, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *O Novo Desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional*. São Paulo em Perspectiva, 20(3): 5-24, 2006.
- DAVIDSON, P. The Dual-Faceted Nature of the Keynesian Revolution: Money and Money Wages in Unemployment and Production Flow Prices. *Journal of Post Keynesian Economics*, vol. 2, n. 3, pp. 291-307, spring, 1980.
- \_\_\_\_\_. Reviving Keynes's Revolution. *Journal of Post Keynesian Economics*. Vol 6, no. 4, pp. 561-575, summer, 1984.
- DE VROEY, M.; DUARTE, P. G. In Search Of Lost Time: Theo Neoclassical Synthesis. *B. E. Journal of Macroeconomics* 13(1): 1-31, 2013.
- DUESENBERY, J. S. *Income, Saving and the Theory of Consumer Behaviour*. Harvard University Press, Cambridge, 1962.
- DUTT, A. K. Stagnation, Income Distribution and Monopoly Power, *Cambridge Journal of Economics*, 8, 25-40, 1984.
- FIELDS, G. S. Labour Market Dualism in The Lewis Model: Reply. *The Manchester School*, vol. 74, nº 3, p. 355-359, 2004.
- FONSECA, P. C. D.; MOLLO, M. de L. Metalistas x Papelistas: Origens Teóricas e Antecedentes do Debate entre Monetaristas e Desenvolvimentistas. *Nova Economia (UFMG. Impresso)*, v. 22, p. 203-233, 2012.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

- \_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Análise do Modelo Brasileiro*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- \_\_\_\_\_. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 3ª Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Formação Econômica do Brasil*. 34. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HIRSCHMAN, A. O. The rise and decline of development economics. In: HIRSCHMAN, A. O. *Essays in Trespassing: economics to politics and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-24, 1981.
- KALECKI, M. *Theory of Economic Dynamics*. London: Unwin; reprinted New York: Monthly Review Press, 1968.
- KEYNES, J. M. *The General theory of employment, interest and money*. Nova York: HBJ Book, 1964.
- KRUGMAN, P. Toward a counter-counterrevolution in development theory. *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics*, pp. 14-38, 1993.
- LAVOIE, M. STOCKHAMMER, E. Wage-led growth: concep, theories and policies. Conditions of Work and Employment Series, No. 41, ILO, Geneva, 2012.
- LEWIS, A. Economic development with unlimited supplie of labour. *Manchester School of Economic and Social Studies*, vol. 22 (2), pp. 139-191, 154.
- \_\_\_\_\_. Unlimited labour: further notes. *Manchester School of Economic and Social Studies*, vol. 26 (1), pp. 1-32.
- \_\_\_\_\_. Reflections on unlimited labour. In: DI MARCO, L. E. (org.). *International Economics and Development: essays in honor of Raúl Prebisch*. New York: Academic Press, pp. 75-96.
- LUCAS, R. E. Econometric policy evaluation: A Critique. *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy* 1 (1): 19-46, 1976
- MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MAZOWER, M. Reconstruction: the historiographical issues. *Past and Present*, 210, p. 17-28, 2011.
- MEIER, G. M. The formative period. In: MEIER, G. M.; SEERS, D. (orgs.). *Pioneers in Development*. Oxford: Oxford University Press, pp. 3-22, 1984.

- MOLLO, M. de L.; FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo: Raízes Teóricas e Precisões Conceituais. *Revista de Economia Política* (Impresso), v. 33, p. 222-239, 2013.
- MYRDAL, G. *Economic Theory and Under-developed Regions*. Londres: University Paperbacks, parte I, pp. 3-104, 1957.
- NURKSE, R. Some international aspects of the problem of economic development. *American Economic Review*, Vol. 42 (2), pp. 571-583, 1952.
- ONARAN, O. *From wage supression to sovereign debt crisis in Westen Europe: Who pays for the costs of the crisis?*. *International Journal of Public Policy*, 7(1-3), 51-69, 2011.
- PALLEY, T. *From financial crisis to stagnation: the destruction of share prosperity and the role of economics*. Cambridge: Camrbdige University Press, 2012.
- PIKETTY, T. *Capital in the Twenty-First Century*. Trad. Arthur Goldhammer. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, pp. 69-139, 1949.
- RAJAN, R. *Fault Lines: How Hidden Fractures Stil Threaten the World Economy*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. Natura Facit Saltum: analysis of the disequilibrium growth process. In: MEIER, G. M.; SEERS, D. (orgs.). *Pioneers in Development*. Oxford: Oxford University Press, pp. 205-226, 1943.
- RUGITSKY, F. Diagnóstico capital: O Capital no século XXI. *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), v. 99, p. 165-175, 2014.
- SCHERER, M. P. *A relação entre crescimento e distribuição de renda na economia do desenvolvimento: do modelo de Lewis à Belíndia*. (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- SCHUMPETER, A. *History of Economics Analysis*. Oxford University Press, 1954.
- SERRANO, F. Acumulação de capital, poupança e crescimento. Mimeo, IE-UFRJ, 2005.
- SOLOW, R. Economic History and Economics. *American Economic Review*, 75, p. 328-331, may, 1985.
- STIGLITZ, J. *The Price of Inequality: The avoudable Causes and Invisible Costos of Inequality*. New York: Norton, 2012.
- STOCKHAMMER, E. Rising Inequality as a Root Cause of the Present Crisis. PERI Working Paper 282, 2012.

- SUZIGAN, W. Industrialização na visão de Celso Furtado. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica*, São Paulo, 2001.
- TAYLOR, L.; BACHA, E. The Unequalizing Spiral: A First Growth Model for Belindia. *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 90, nº 2, maio, p. 197-218, 1976.
- TAVARES, M. C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. 3ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1963.
- TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da Estagnação. In: TAVARES, M. C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. 3ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- VAN TREECK, T.; STURN, S. *Debates on inequality as the cause of the current economic crisis*. Paper written for the project 'New perspectives on wages and economic growth: the potentials of wage-led growth'. 2012.
- VEBLER, T. B. A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Livraria Pioneira, 1965.